

Mas Loyola confirma mudanças

E diz que uma das medidas é o resgate de pelo menos US\$ 2 bi da dívida pública

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, disse ontem que uma das principais medidas do plano de estabilização econômica — ainda em estudo pelo governo — é o resgate de um volume substancial de títulos da dívida pública. O governo, segundo Loyola, pretende resgatar um valor no mínimo igual à metade da previsão de arrecadação do IPMF, ou algo em torno de US\$ 4 bilhões.

No Palácio do Planalto, o secretário adjunto de Imprensa, Fernando Costa, levou aos jornalistas um recado do presidente Itamar Franco dizendo que “não existe um Plano Haddad”. Segundo Costa, Itamar disse que “nenhuma medida de caráter extraordinário, poderia ser tomada sem o expresso e prévio conhecimento do Presidente da República”.

O presidente do Banco Central confirmou, no entanto, que o governo prepara um elenco de medidas visando à estabilização da economia. Loyola negou que o governo pretenda emitir títulos lastreados em reservas cambiais e indexar os preços à variação do câmbio (a chamada âncora cambial). “Dolarizar a economia significaria desistir de lutar pelo cruzeiro”, filosofou o presidente do BC. Uma das restrições aos títulos

lastreados em reservas seria o comprometimento das divisas cambiais do País, de acordo com Loyola.

Segundo o presidente do BC, as divergências dentro do governo em torno de um programa de estabilização com base no câmbio já teriam sido resolvidas. Loyola disse que existe um consenso de que esse tipo de medida não deve ser adotado. “Vamos nos firmar na geração de um superávit fiscal que dê sustentação à política monetária”, definiu o presidente do BC.

Ele explicou que recursos orçamentários serão utilizados para o resgate de títulos, dando ao mercado a segurança de que o saneamento financeiro do governo é definitivo. “Além de eliminar as más expectativas, diminuindo nossa demanda por dinheiro permitiremos que o mercado reduza a taxa de juros”, exemplificou o presidente do BC. Ele disse que o resgate de títulos poderá até ir além dos US\$ 4 bilhões, mas será custeado unicamente com recursos provenientes de arrecadação.

Mais uma vez, Loyola afastou a hipótese de um choque econômico. Mas confirmou que há um conjunto de medidas sendo elaborado. “Faremos a divulga-

ção oportunamente”, disse, acrescentando que algumas medidas serão adotadas imediatamente e outras de forma gradativa. Suportando-as, o governo pretende dar seguimento às reformas estruturais, como a solução das dívidas entre instituições, do setor público e a separação definitiva entre o BC e o Tesouro. “Hoje há ainda possibilidade de financiamento do Tesouro pelo BC”, reconheceu Loyola. Segundo ele, enquanto não se fechar essa porta, o mercado continuará desconfiando da saúde financeira do governo.

O alongamento da dívida mobiliária, outro item indispensável ao reordenamento das finanças públicas, dar-se-á após o início do resgate de títulos em circulação. Loyola acredita que o mercado tenderá a comprar títulos de prazo mais longo a partir da recuperação da credibilidade do governo. Para tornar os papéis mais atraentes, o BC poderá inclusive oferecer remuneração com base em índices de preços não utilizados atualmente como indexadores. Hoje, os títulos têm como indexadores a Taxa Referencial (TR) e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).